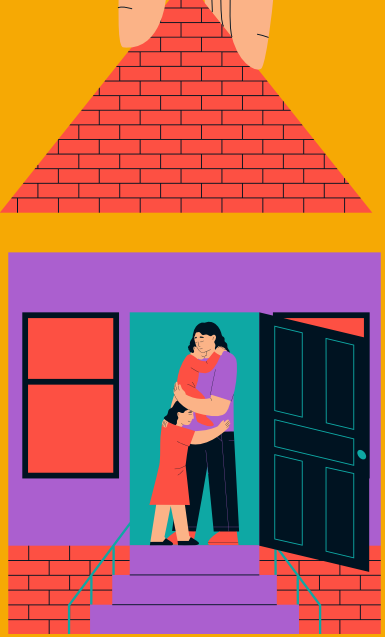




GUIA DE AÇÃO



PLANO COMUNITÁRIO



Brunna Karolline Matos de Menezes

Orientação:

Monica Aparecida Tomé Pereira

Cristiane Moraes Marinho



Guia de Plano de Ação para comunidades em contextos de pós-remoção



PLANO COMUNITÁRIO

PRODUTO TÉCNICO

Guia de ação elaborado como produto técnico exigido para obtenção de título de mestre junto ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (**PPGEXR-UNIVASF**).

O presente trabalho foi produzido por **Brunna Karolline Matos de Menezes**, orientado pela Professora Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira, com co-orientação da Professora Dra. Cristiane Moraes Marinho.



INTRODUÇÃO



Os reassentamentos forçados, como as vilas do PISF, são áreas mais reguladas e com investimentos públicos, mas seguem a mesma lógica de exclusão das periferias. Ambos os modelos — grandes centros urbanos e reassentamentos — atendem a interesses de mercado e divisões de trabalho, mantendo a população em situação de vulnerabilidade. O planejamento urbano, seja caótico ou rígido, acaba servindo à acumulação de capital, como apontado por Rosa Luxemburgo (1985).

Diante disso, surgem práticas de arquitetura e urbanismo social que buscam corrigir essas desigualdades. Daniel M. Carneiro (2018) destaca a importância de projetos coletivos e politicamente engajados, que valorizam saberes tradicionais e lutam por moradia digna e direitos básicos. Paralelamente, a filosofia de Paulo Freire (2001) influencia debates sobre educação, luta pela terra e emancipação política, tanto nas periferias urbanas quanto rurais.

Recentemente, o conceito do Bem Viver ganhou destaque, propondo uma visão mais ampla e inclusiva da vida, que respeita a diversidade de saberes e culturas. A arquitetura e o urbanismo, sob essa perspectiva, podem ser ferramentas úteis a ações de mobilização social, especialmente em comunidades rurais e reassentamentos.

Embora haja uma rede importante de experiências insurgente atuando junto a periferias, ainda há desafios. Este guia para ações de assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo se dedica a pensar e contribuir com essas experiências insurgentes em periferias, com interesse em populações reassentadas.

Por ser direcionado à reassentadas, em territórios rurais, as Soluções Baseadas na Natureza (SBN) surgem como uma possibilidade para construção deste guia, que integra conhecimentos ancestrais e promove a resiliência climática por meio da governança participativa, o respeito aos saberes tradicionais e a garantia de acesso a direitos.

Este trabalho, portanto, propõe uma metodologia para aumentar a participação comunitária e valorizar saberes locais em reassentamentos forçados. Inspirado em experiências insurgente de arquitetura e urbanismo, o objetivo é romper com práticas hegemônicas e promover alternativas focadas na qualidade de vida e no Bem Viver.

Sendo assim, o guia poderá representar uma ferramenta durante experiências de assessoria e assistência técnica questionadoras e com foco no aumento dos níveis de participação em reassentamentos, mesmo em contextos violentos e desafiadores, onde o cuidado com a instrumentalização da arquitetura e do urbanismo em processos de desterritorialização precisa se manter presente.

O Guia de Ação Comunitária para Contextos Pós-Reassentamentos Forçados, destinado a comunidades afetadas e a profissionais dedicados a assessoria e assistência, não pretende ser uma receita pronta, mas um instrumento para promover diálogos e novas possibilidades de apropriação dos territórios.

A QUEM SE DESTINA

O guia é uma ferramenta colaborativa para ajudar comunidades reassentadas a planejar e construir seus espaços de forma autônoma e participativa, evitando modelos ao planejamento territorial hegemônico.

Prática de Arquitetura e Urbanismo

A proposta deste trabalho é criar um Guia para profissionais e comunidades dedicados a Construção Coletiva de Planos de Ação em arquitetura e urbanismo.

Como aplicação mais direta, este guia será um documento prático que vai ajudar a Linha Temática Projetos de Edificações Rurais (PREDIR), uma iniciativa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), a planejar e executar projetos de melhoria e ampliação nas vilas durante as ações de assessoria e assistência técnica junto às comunidades reassentadas na Vilas Produtivas Rurais do PISF.



Comunidades reassentadas

A ideia é que o guia funcione como uma tecnologia social, ou seja, uma ferramenta democrática que permite às comunidades participar ativamente do planejamento e da construção dos espaços onde vivem.

Como dizem Amaral e Santos (2020), é importante que as pessoas que usam e produzem esses espaços possam discutir, criar e compartilhar informações sobre como eles são feitos.

O guia será construído de forma colaborativa, com a participação das comunidades, para que ele possa ser constantemente melhorado e adaptado às necessidades locais por meio da etapa de “partilha de percursos” ao final de cada experiência.



PISTAS E EIXOS ESTRUTURANTES

PISTAS

A fim de elaborar este guia, analisou-se as duas primeiras fases do reassentamento de populações no PISF (fase de gestão militar e iniciativa privada) para entender como o planejamento territorial, desde os anos 1950, influenciou as remoções no Brasil.

O foco foi identificar rupturas (mudanças) ou continuidades (manutenção de práticas antigas) nos processos de arquitetura e urbanismo, especialmente no desenho dos projetos e na assessoria técnica oferecida às comunidades reassentadas.

A partir dessa análise, foram identificadas **24 pistas** (problemas ou desafios) que surgiram durante as duas primeiras fases. Para cada uma dessas pistas, foram propostos possíveis **enfrentamentos** (soluções ou caminhos alternativos)



SÍNTESE de PISTAS:

Dentre as 24 pistas,
organizamos uma síntese com os
principais entraves e seus
respectivos enfrentamentos.
São eles:



DESAFIO:
Apagamento
cultural

ENFRENTAMENTO:
Valorizar os saberes,
práticas e dinâmicas
locais das comuni-
dades.

DESAFIO:
Reassentamentos que **descon-**
sideram a cultura e o território

ENFRENTAMENTO:
Criar alternativas coletivas
baseadas em conhecimentos
ancestrais e tradicionais.

DESAFIO:
Planejamento territorial
que ignora as caracterís-
ticas locais

ENFRENTAMENTO:
Identificar e fortalecer as
dinâmicas locais que
promovem a qualidade
de vida e o bem-estar da
comunidade.

DESAFIO:
Desconsideração de sabe-
res e características naturais
locais

ENFRENTAMENTO:
Implementar Soluções Ba-
seadas na Natureza (SBN),
que respeitem os ciclos na-
turais e os recursos locais.

DESAFIO:
Uso de **modelos padroni-**
zados que não atendem
às necessidades locais

ENFRENTAMENTO:
Promover a
democratiza-ção do
acesso às políticas
públicas e soluções adap-
tadas às realidades locais.



EIXOS ESTRUTURANTES



1

**Valorização dos
saberes,
sabenças e
dinâmicas locais**

2

**Identificação e
potencialização
de dinâmicas
locais
relacionadas a
realização da
vida e bem viver
na comunidade**

3

**Elaboração
coletiva de
alternativas com
base em
ontologias
ancestrais**

4

**Democratização
do acesso a
políticas
públicas**

5

**Soluções
baseadas na
natureza (SBN)**

Importante ressaltar que a dimensão da “Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais” é transversal a todos os eixos, sendo portanto, presente em todas as etapas dos processos. É a partir desse arranjo que a governança popular se realiza nos territórios.





A PROPOSTA

Durante os processos da construção da proposta metodológica para ações de **prática de assessoria e assistência técnica** em arquitetura e urbanismo propomos essa **indisciplina** epistemológica na busca de métodos lastreados nas epistemes ligadas ao **Bem viver**, mas que se mantenham abertas de forma interseccional a outras epistemologias e que se refaçam constantemente por meio das contribuições das comunidades.

O foco de interesse são, portanto, os processos que absorvem métodos, modos de fazer e pensar situados nas **sabedorias dos povos e populações** que sofrem os impactos violentos das migrações forçadas, onde não cabe a conciliação ou silenciamento por meio de ações de mitigação.

Para essas experiências é importante valorizar a potência de propor viradas metodológicas por meio do afeto e do poder das construções por meio da **comunicação dialógica** freiriana. Daí decorrem as seguintes **premissas**:

PREMISSAS:

1. **Comunicação**
2. **Afeto**
3. **Interseccionalidade**



OBJETIVO PRINCIPAL



Inspira processos propositivos, culturalmente situados a partir de construções coletivas dialógicas e abstrações afetivas no âmbito de comunidades que vivem contextos de desterritorialização.



Tecnologias e Saberes

Sistematizar as tecnologias e saberes ancestrais da comunidade

Remunerar

Identificar formas de utilizar de forma remunerada as tecnologias e saberes ancestrais durante a elaboração dos planos.

Dinâmicas

Trabalhar as questões ligadas a territorialização por meio do reconhecimento dinâmicas historicamente consolidadas e modos de Bem viver das populações envolvidas

Articulação

Potencializar o fortalecimento das dinâmicas de articulação local

Acesso a Políticas

Democratizar o acesso a direitos e políticas públicas

SBN

Incentivar a elaboração de alternativas que utilizem Soluções Baseadas na Natureza



Acesso a linguagens

Democratiza o acesso de instrumentos e linguagens técnicas que possam auxiliar as construções de alternativas

Validação comunitária

Garantir validação comunitária para qualquer etapa de intervenção no território das comunidades

Governança comunitária

Garantir a governança comunitária em todas as etapas do processo





AÇÕES PROPOSTAS

REUNIÃO DE PACTUAÇÃO



Os objetivos da proposta metodológica poderão ser alcançados por meio de ações práticas. A primeira ação, e talvez a mais importante, será o momento de definir coletivamente as etapas do processo e escolher um local que sirva como ponto de referência para a elaboração do plano.

Nessa primeira etapa, é recomendado que seja realizada uma reunião em grupo, com a participação do maior número possível de pessoas interessadas. Nessa reunião, todos devem discutir e decidir, com o apoio de uma consultoria externa, os seguintes pontos:

- Definição do espaço a ser utilizado nas experiências coletivas e que servirá de apoio e referência durante as ações;
- O foco principal do Plano de Ação.
- A formação dos Grupos de Trabalho (GTs).
- A escolha de líderes locais para coordenar cada grupo.
- A criação de um cronograma para a execução das próximas ações.

É importante destacar que, embora alguns participantes tenham funções de liderança, todos têm direito a participar das decisões de forma partilhada. Além disso, sempre que possível, deve-se garantir a remuneração tanto da assessoria técnica quanto dos agentes locais que contribuïrem com conhecimentos ancestrais importantes para o plano.

Ao definir o cronograma, é essencial considerar:

- O calendário de festas culturais e eventos locais.
- O período de chuvas e outros fenômenos naturais que possam afetar a participação.
- O respeito ao tempo da natureza, valorizando os saberes tradicionais, sem ignorar os prazos práticos e burocráticos.

O cronograma deve ser elaborado de forma a garantir que todos possam participar e deve ser atualizado regularmente. Ele deve ficar exposto no local de referência e as atualizações devem ser compartilhadas por diferentes meios de comunicação, sempre com a autorização coletiva da comunidade.





GRUPOS DE TRABALHO

O desenho, na perspectiva adotada, tem a função de mediação para emancipação coletiva e não mais para produção de capital. Portanto, será objetivo dessa ação a utilização do desenho com ênfase não apenas nas técnicas construtivas, mas também, nas trocas e percursos de aprendizagens.

É também através das múltiplas linguagens de representação que os planos para o território se codificam. A democratização da gramática pela qual se expressam as ações futuras, são, portanto, definidoras de quem detém ou não poder de decisão sobre os planejamentos e configurações de utilização de espaços.

Existem diversos tipos de representação de espaços, são eles:

- Representações formais, normalmente utilizadas para mapeamentos, planejamento de desenho urbano e projetos arquitetônicos.
- ·Representações das camadas sensíveis, normalmente utilizadas para cartografar informações para além das representações formais.
- ·Os integrantes dos grupos focais que passarem, por meio das formações, a dominar as linguagens de representação, deverão atuar como facilitadores comunitários.

Assim como todas as outras etapas de elaboração dos planos, a etapa de formação dos participantes dos grupos de trabalho pode mudar de acordo com as contribuições. No entanto, a presente proposta apresenta quatro possíveis linhas temáticas. São elas:

1. Democratização das linguagens de representação espacial
2. Infraestrutura e suficiência
3. Cartografia e Visão territorial
4. Validação comunitária

As linhas temáticas concentram as oficinas de formação dos grupos de trabalho que terão o conteúdo programático das oficinas elaborado pelos técnicos de assessorias envolvidos e pelos líderes comunitários eleitos para cada Grupo de trabalho.

Os técnicos de assessoria e os agentes da comunidade escolhidos e remunerados para serem instrutores das oficinas além de elaborar o conteúdo programáticos destas também conduziram as atividades.

As oficinas precisam ser inter e transdisciplinares sem a distinção ou hierarquização de disciplinas ligadas a técnicas formais ou às tecnologias e saberes ancestrais. Além disso, os temas de cada oficina devem responder ao foco do plano definido durante a reunião de pactuação.



ENCONTROS DE PARTILHA

Nessa fase, cada grupo deverá propor uma metodologia participativa (MP) adequada para o compartilhamento dos resultados alcançados durante a etapa de formação (subseção 4.4.3). Por meio dessa MP todos os participantes, mesmo aqueles que se dedicaram a outra linha temática, serão apresentados aos resultados. Dessa forma, cada participante será facilitador dos temas que estudou e poderá partilhar com o grupo maior as sínteses de cada grupo de trabalho.

Ao final desta etapa, recomenda-se a elaboração de um painel de facilitação. O painel deverá utilizar linguagem acessível a todas as pessoas (aquelas portadoras de limitações de acesso a linguagens ou físicas). Para isso, os técnicos de assessoria e lideranças envolvidos poderão organizar um curso livre de multilinguagens de representação.

O produto desta etapa (painel multilinguagens) e o cronograma preenchido, deverão ser expostos no ponto de referência, redes sociais e canais de divulgação. A divulgação dos produtos é de fundamental importância para manter as relações de confiança entre os participantes do processo de elaboração do plano e também agentes externos ao processo.





ELABORAÇÃO DO PLANO

Em assembleia, uma comissão de elaboração de proposta de plano será formada. Essa comissão será responsável por construir, com base nos resultados das etapas anteriores o esboço do plano de trabalho. Esse esboço, será apresentado à comunidade por meio de aplicação de metodologias participativas.

A validação da proposta será realizada sempre no âmbito comunitário. Para o caso da proposta apresentada não atender as expectativas do coletivo, este deverá apresentar pontos a serem revisitados, para que o processo possa ser reiniciado.

Uma vez atendidos os pontos levantados, a proposta de plano será validada e a comissão poderá apresentar versão final do Plano de ação comunitária.

SÍNTESE COLETIVA



A etapa de síntese coletiva é o momento pós validação do Plano comunitário onde os agentes que colaboraram com os processos de construção poderão, por meio de dinâmica grupal, contribuir para o desenvolvimento de outras ações na comunidade ou externamente.

Essa partilha, garante que a tecnologia social dos modos de cocriar um plano de ação comunitário permaneça atual, coerente e engajada nos problemas e desafios de cada tempo. Dessa forma, ao final de cada contribuição a proposta metodológica se atualiza e serve de guia para outras comunidades com contribuições que podem conter indicações de políticas públicas adequadas à novas reflexões epistemológicas.

O produto desta etapa será a atualização do guia atualizado com base na síntese grupal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O guia de ação popular para processos de reinserção socioproductiva de populações pós reassentamentos forçados confia aos participantes a responsabilidade de “inundar” de outras ontologias os processos de planejamento dos seus territórios.

O guia, está, portanto, inacabado. Tal produto só se realizará a partir da apropriação por parte das comunidades que serão responsáveis pela execução, constante reelaboração e “inundação” de outras comunidades.

FLUXOGRAMA

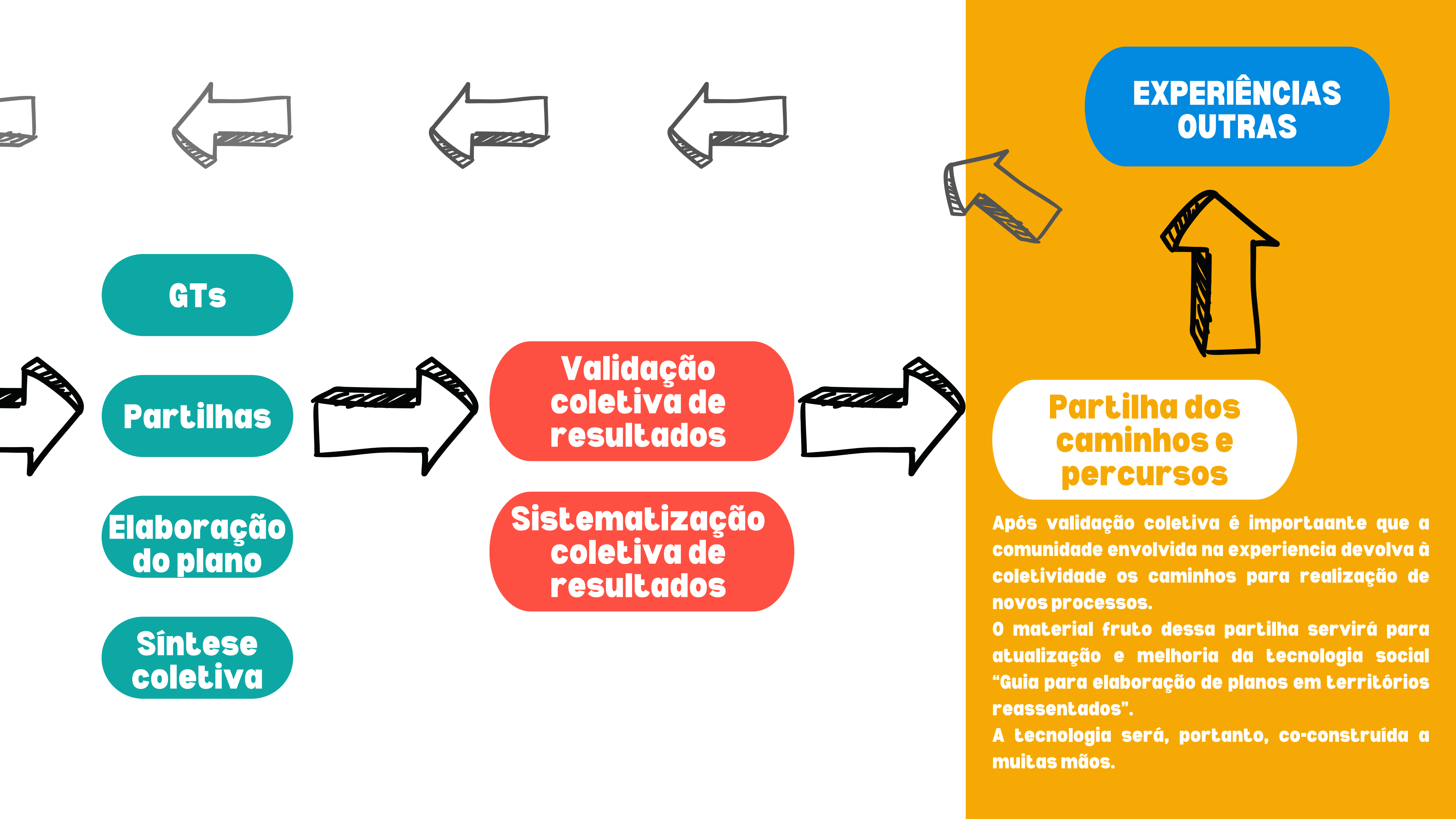


Pactuação

- Posto local
- Cronograma
- Agentes locais
- Assessoria

formação de GTs





REFERÊNCIAS



ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CARDOSO, F. S. .; LOPES, J. M. de A. . Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 24, n. 1, 2022. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202210pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6781>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARNEIRO, D. M.. Aproximações entre arquitetura, urbanismo e movimentações sociais contemporâneas: debates necessários. N5. V.2 *Revista Píxo*, 2018.

CEPEDA, V. A; GUMIERO, R. G.; PINTO, G. L. H. A ideia de desenvolvimento, Aliança para o progresso e a Sudene: conflitos teóricos e estratégias políticas. *Revista Terceiro Milenio*, v. 18 n. 01, 2022, p. 29-59. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/220/205>. Acesso em: 02 ago. 2024.

COSTA, Ana Monteiro; KUHN, Daniela Dias. Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul. *Revista IDeAS*, v. 11, ed. 1-2, 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/196>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. V. 1, V. 3 e V. 5. São Paulo, Ed. 34, 1997.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. 2. ed. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão das ciências para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas: SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

LABORATÓRIO URBANO. Fazer por desvios. In: JACQUES, Paola Berenstein.; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019, p. 20-151.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, J. M. de A., Lenzi, C. C., & Borges, A. H. (2017). O habitat da 'não cidade' como um problema para a arquitetura e urbanismo. Paranoá, 17(17).
<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.01>

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINHO, C.M., FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. Revista de Extensão da UNIVASF. N.2. V.3, jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Nova Agenda Urbana. 2019. Disponível em:
https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=%22Nova+Agenda+Urbana%22. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEREIRA, Gabriela. Leandro. Deslocar o projeto e imagear outros mundos. In: SAMPAIO, Clara.; MORAES, Felipe. (Orgs.). Projeto Tirante. Vitória: Museu de Arte do Espírito Santos (MAES), 2021, p. 31-33.

POMBO, Riciane M. Reis; JACOBI, Pedro Roberto. SBN – Soluções baseadas em qual Natureza?. Diálogos Socioambientais, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 49–53, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossoocioambientais/article/view/1071>. Acesso em: 26 jan. 2025

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Alessia Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro. Redobra 9. Disponível em: <<http://www.redobra.ufba.br>>. Acesso em: 14 de ago de 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.

RODRIGUES, Alexsandro. “Como cartografar resistências?”. Revista Lugar Comum. Salvador. EDUFBA, vol., 48, 2016.2, 103 a 119.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. Hacia una ética del vivir bien-buen vivir. Producción + Limpia, v. 9, ed. 2, 25 nov. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5001931>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ROLNIK, Suely. Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2a edição. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016
ROLNIK, Raquel. São Paulo: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola Berenstein.; PEREIRA, Margareth da Silva. (orgs.). Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018.
ROSA, Thaís Troncon.; LINHARES, Juliana de Faria.; ROCHA, Heliana Faria Mettig. (orgs.). Partilhas emergentes: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate. Salvador: UFBA, 2022.

SABOYA, R. Mapas configuracionais com o Open Street Map e QGIS: fluxo de trabalho e comparação de ferramentas gratuitas. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.47235/rmu.v12i1.351. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/351>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTO AMORE, C. Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. Anais do II URBFAVELAS, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Rossana B.; RAMOS, Diana H. Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. Indisciplinar, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232–277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38147>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Argvmentvm Ed.: Belo Horizonte, 2010.

VELASCO, Thais. Habitação como direito social: a Lei de ATHIS, sua aplicabilidade e desafios. Anais ENANPUR, Belem, 2023.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão das ciências para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas: SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

LABORATÓRIO URBANO. Fazer por desvios. In: JACQUES, Paola Berenstein.; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019, p. 20-151.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, J. M. de A., Lenzi, C. C., & Borges, A. H. (2017). O habitat da 'não cidade' como um problema para a arquitetura e urbanismo. Paranoá, 17(17).
<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.01>

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINHO, C.M., FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. Revista de Extensão da UNIVASF. N.2. V.3, jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Nova Agenda Urbana. 2019. Disponível em:
https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=%22Nova+Agenda+Urbana%22. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEREIRA, Gabriela. Leandro. Deslocar o projeto e imagear outros mundos. In: SAMPAIO, Clara.; MORAES, Felipe. (Orgs.). Projeto Tirante. Vitória: Museu de Arte do Espírito Santos (MAES), 2021, p. 31-33.

Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural da Universidade
Federal do Vale do São Francisco

Juazeiro-Bahia, Brasil

Abril - 2025



